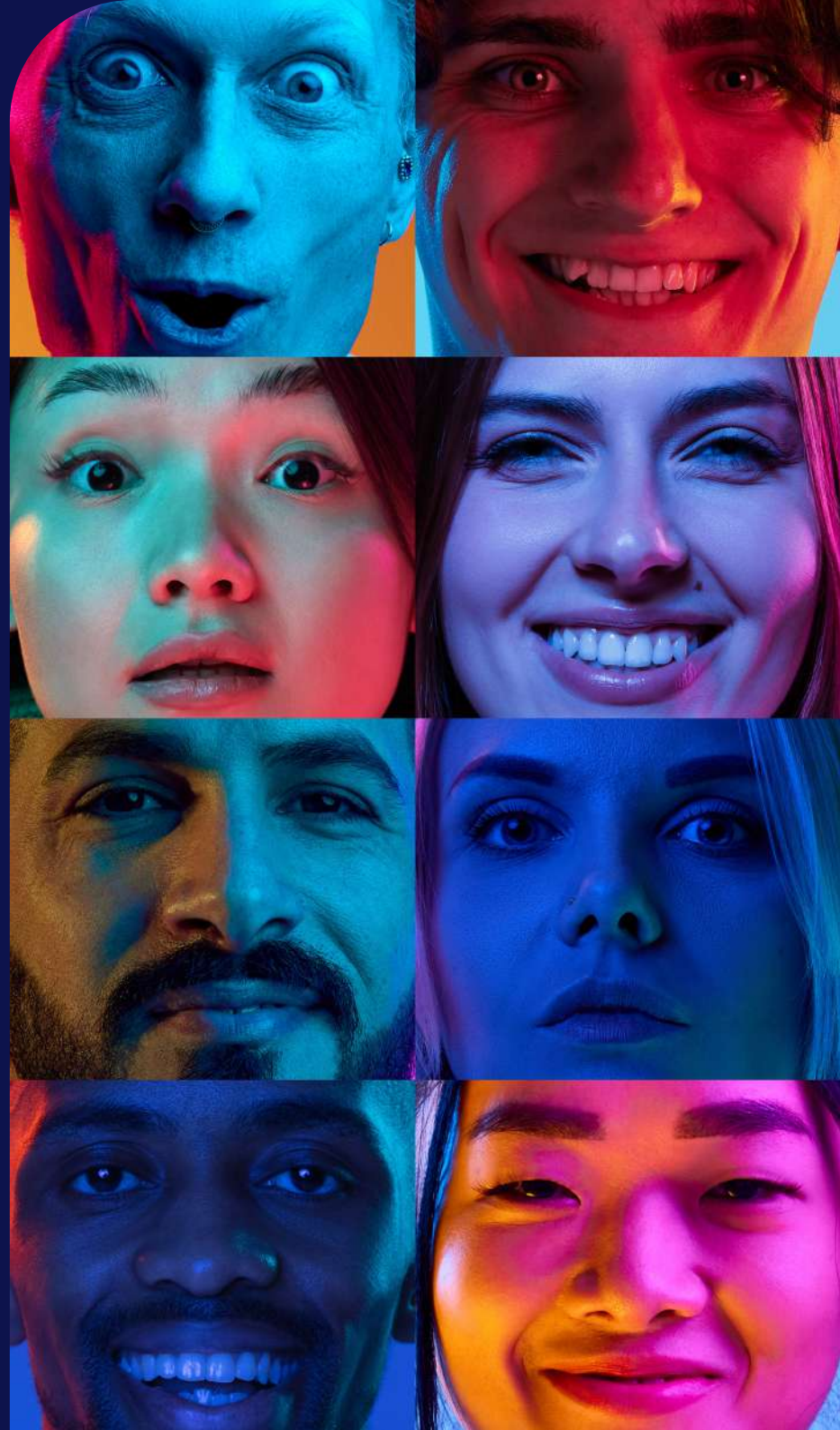


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em

Direito Militar





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
DIREITO MILITAR.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	14
Diferenciais tecnológicos	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Leandro Antunes e Silva
Coordenador

Mestre em Ciência Política, com concentração em Direitos Humanos, Cidadania e Violência, pelo Centro Universitário Euro-Americano. Especialista em Direito Público, Segurança Pública e Defesa Civil. Bacharel em Direito e em Ciência Policial. Oficial superior da Polícia Militar do Distrito Federal. Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais para o Curso de Formação de Oficiais, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso de Altos Estudos da PMDF, na disciplina de Direito Penal Militar. Atuou como Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica do Corregedor-Geral da PMDF e como Oficial de plantão da Delegacia de Polícia Judiciária Militar da Corregedoria da PMDF. Foi Assessor Técnico-Jurídico, bem como Assessor do Gabinete do Comandante-Geral da PMDF e Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Autor das obras: *Decifrando o Código Penal Militar* e *Direito Penal Militar em Exercícios*. Professor, há mais de 20 anos, de cursos preparatórios para concurso público. Atualmente, responde pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos do Departamento de Saúde ao Pessoal da PMDF.

DIREITO MILITAR



Este curso propõe um modelo pedagógico fundado na preparação do profissional para atuar em qualquer carreira jurídica no âmbito do Direito Militar. Abrange disciplinas voltadas ao conhecimento das instituições militares e seus pilares, bem como aos aspectos de ordem administrativa e penal castrense, necessárias ao domínio desse ramo do Direito. A título de importante inovação, ofertaremos a disciplina de Crimes Militares III – Crimes Militares Extravagantes, cujo conteúdo se mostra atual e de extrema relevância, o que se torna um considerável diferencial qualitativo. O presente curso será um diferencial para o público-alvo, a saber: magistrados, membros do Ministério Público, advogados, integrantes das Forças Armadas, integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiro Militar, servidores da Justiça Militar, bacharéis em Direito e outros interessados.

DESTAQUES DO CURSO

Aperfeiçoamento em Direito Militar para membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, integrantes das Forças Armadas, Policiais Militares e Bombeiros Militares, servidores públicos, além de advogados e outros interessados;

Incentivar os cidadãos em geral para conhecerem as particularidades das instituições militares brasileiras;

Oferecer capacitação aos profissionais da área do Direito e áreas afins, especificamente para conhecer e aplicar as regras do microssistema jurídico-castrense



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, integrantes das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares, servidores da Justiça Militar, bacharéis em Direito e outros interessados.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Militar tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Administrativo	48 h
02	Lei de Organização Judiciária Militar (LOJ MU)	15 h
03	Ministério Público e Ministério Público Militar	15 h
04	Crime Militar I	15 h
05	Crime Militar II	32 h
06	Direito Penal Militar (Parte Geral)	14 h
07	Direito Constitucional Militar	11 h
08	Direito Administrativo Militar	26 h
09	Polícia Judiciária Militar	16 h
10	Direito Processual Militar I	16 h
11	Direitos Humanos	35 h
12	Direito Internacional Penal	16 h
13	Crime Militar III	40 h
14	Direito Processual Militar II	28 h
15	Medidas Cautelares no CPPM	10 h
16	Direito Internacional Humanitário	25 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		362 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		402 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração Pública. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração; centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Disposições da Lei n. 8.112/1990. Licitação. Conceito. Objetivo. Normas gerais. Obrigatoriedade. Princípios. Fases da licitação. Modalidades. Contratação direta. Lei n. 14.133/2021. Jurisprudência aplicada às licitações. Contratos administrativos. Contratos da administração. Convênios administrativos. Consórcio público. Normas constitucionais. Classificação do contrato administrativo. Características dos contratos administrativos. Reajuste e revisão. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Extinção dos contratos administrativos. Jurisprudência aplicada aos contratos administrativos. Serviços públicos. Titularidade e forma de prestação. Conceito de serviço público. Responsabilidade das concessionárias de serviço público. Princípios do serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos.
LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (LOJ UM)	Estrutura da Justiça Militar da União: noções básicas e preliminares. Das Circunscrições Judiciárias Militares. Do Superior Tribunal Militar: composição e competência. Da Primeira Instância da Justiça Militar da União: Conselhos de Justiça e Juizes Federais da Justiça Militar. Da Corregedoria da Justiça Militar: estrutura e competência. Dos Magistrados da Justiça Militar. Do Ministério Público Militar. Da Defensoria Pública da União. Dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar da União. Da Justiça Militar em Tempo de Guerra.

MINISTÉRIO PÚBLICO E MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	Ministério Público: conceito, evolução histórica do Ministério Público brasileiro; organização do MP na CF/1988. Chefes do MP. Funções, princípios, legislação do MP e do MPM. Ministério Público da União: garantias e prerrogativas. Instrumentos de atuação. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e a ação penal: relação processual. Presença e intervenção. O uso das vestes talares. Do poder coercitivo do Ministério Público nas investigações de sua iniciativa e competência: limites, abrangência e condições. Controle. Da atuação do Ministério Público de segunda instância: MP como órgão agente; MP como órgão interveniente; arquivamento de inquérito na segunda instância; ação penal originária. Representação e atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos respectivos órgãos: comissionamento. Ministério Público Militar: evolução histórica do MPM; ganhos do MPM com o advento da CF/1988; exercício junto aos órgãos da Justiça Militar; legitimação do MPM para a ação civil pública. Órgãos: chefia, composição e atribuições do Ministério Público Militar. Definição, composição e competência. O Procurador-Geral da Justiça Militar. Câmara de Coordenação e de Revisão do Ministério Público Militar. Das Unidades de lotação e de administração do Ministério Público Militar. Designações. Conflito de atribuições no Ministério Público Militar: competência, iniciativa e processamento.
CRIME MILITAR I	Noção de Direito Penal Militar. Noção das Corporações Militares. Noção da Justiça Militar. Da caracterização do Crime Militar. Da Classificação dos Crimes Militares.
CRIME MILITAR II	Dos crimes contra a segurança externa do país. Dos crimes contra a autoridade e disciplina militar. Dos crimes contra o serviço e o dever militar. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes sexuais. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a administração militar. Dos crimes contra a administração da Justiça Militar. Dos crimes militares em tempo de guerra.
DIREITO PENAL MILITAR (PARTE GERAL)	Aplicação da Lei Penal Militar. Do Crime. Da Imputabilidade Penal. Do Concurso de Agentes. Das Penas. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção de Punibilidade.
DIREITO CONSTITUCIONAL MILITAR	Instituições Militares e Justiça Militar em perspectiva histórica. Das Forças Armadas. Dos Militares Estaduais. Disposições constitucionais diversas aplicáveis aos militares.
DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR	O Direito Administrativo Militar. A Administração Pública Militar. Das Forças Armadas. Dos Militares das Forças Armadas. Das Forças Militares dos Estados, Do Distrito Federal e Dos Territórios. Dos Militares dos Estados, Do Distrito Federal e Dos Territórios.

POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	Polícia Judiciária Militar (arts. 7º e 8º do CPPM). Prisões cautelares (provisória, temporária, preventiva e flagrante – arts. 220 a 261 do CPPM). Comparecimento espontâneo (art. 262 do CPPM). Defensor em IPM (art. 16-A do CPPM) (3h/a). Inquérito policial militar (arts. 9º a 28 do CPPM). Provas. Prova ilícita: abordagem aplicada. Prova emprestada. Busca (arts. 170 a 184 do CPPM). Apreensão (arts. 185 a 189 do CPPM). Restituição (arts. 190 a 195 do CPPM). Perícias e exames (arts. 314 a 346 do CPPM, Manual IC/PCDF e legislação PMDF). Testemunhas (arts. 347 a 364 e 422 do CPPM). Acareação (arts. 365 a 367 e 425 do CPPM). Reconhecimento de pessoa e coisa (arts. 368 a 370 e 426 do CPPM). Representações à justiça: peculiaridades materiais e formais.
DIREITO PROCESSUAL MILITAR I	Princípios do Processo Penal Militar. Sistemas de Processo Penal Militar. Ação Penal Militar: condições, pressupostos e espécies. Sujeitos da relação processual. Competência.
DIREITOS HUMANOS	Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; e, gerações de direitos. Afirmação histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na CF/1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução n. 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto n. 40/1991). Lei n. 13.060/2014. Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica. Violência e Criminalidade. Segurança pública, ética e cidadania. Políticas Públicas e Gestão em Segurança Pública.

DIREITO INTERNACIONAL PENAL	Conceito, fontes e evolução histórica do Direito Internacional Penal: a relação do Direito Internacional Penal com o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito ao Uso da Força no cenário internacional. O ordenamento jurídico brasileiro e o Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional. Jurisdição Nacional e Crimes internacionais: obrigação estatal de processar ou extraditar. Jurisdição universal. Obstáculos do direito interno à persecução de crimes internacionais. Justiça de transição e comissões da verdade e reconciliação. Princípios de Princeton. Justiça Penal Internacional: Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. Controvérsias sobre o crime de agressão. Tribunal Penal Internacional ad hoc para ex-Iugoslávia. Tribunal Penal Internacional <i>ad hoc</i> para Ruanda. Mecanismo Internacional Residual de Tribunais Penais. Tribunais internacionalizados. Estatuto de Roma: Criação do Tribunal Penal Internacional – criação, composição e administração do TPI. Competência temporal. Exercício da jurisdição. Adiamento do inquérito e do procedimento criminal. Investigação, processo e julgamento. O papel da vítima no processo. Recurso e revisão. Princípio da complementariedade: a admissibilidade de um caso no TPI. O princípio <i>non bis in idem</i>. A obrigação geral de cooperar. Extradição e entrega. Prisão preventiva. Impossibilidade Julgamento in absentia. Prescritibilidade. Responsabilidade perante o Direito Internacional Penal: Responsabilidade criminal individual. Irrelevância da qualidade oficial. Responsabilidade do comandante militar e de outros superiores hierárquicos. Dolo e culpa. Causas de exclusão da responsabilidade criminal. Erro de fato e erro de direito. Obediência hierárquica. Crimes Internacionais: classificação. Crime de Genocídio, Crime Contra a Humanidade, Crime de Agressão, Crimes de Guerra – situação brasileira. Casuística: Casos julgados, casos em andamento, investigações paradas e perspectivas.
CRIME MILITAR III	Crime de abuso de autoridade e o Direito Penal Militar. Crime de racismo e o Direito Penal Militar. Crime de tortura e o Direito Penal Militar. Crime de lavagem de dinheiro e o Direito Penal Militar. Crime de organização criminosa e o Direito Penal Militar. Crimes de licitação e o Direito Penal Militar. Crimes ambientais e o Direito Penal Militar. Crimes contra o Estado Democrático de Direito e o Direito Penal Militar. Terrorismo e o Direito Penal Militar.
DIREITO PROCESSUAL MILITAR II	Denúncia e citação. Atos probatórios. Processos: ordinário, especial de deserção, originário no STM. Nulidades: princípios, nulidades absolutas e relativas. Recursos: princípios, pressupostos, efeitos, recursos em espécie. Justiça Militar em tempo de guerra.
MEDIDAS CAUTELARES NO CPPM	Da Natureza das Medidas Preventivas e Assecuratórias. Da Busca: domiciliar ou pessoal. Da Apreensão. Da Restituição. Do Sequestro. Da Hipoteca Legal. Do Arresto.

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Aspectos Gerais do Direito Internacional Humanitário: Conceito, vertentes, evolução histórica do Direito Internacional Humanitário; Fontes do Direito Internacional Humanitário: princípios fundamentais, direito consuetudinário e atos convencionais. As interações e as diferenças entre o Direito Internacional Humanitário, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito ao Uso da Força no cenário internacional. O Brasil e o Direito Internacional Humanitário. Âmbito de aplicação do Direito Internacional Humanitário: Princípio da humanidade. Início e fim da aplicação do DIH. Sujeitos do DIH. Conceito de pessoas protegidas, pessoas fora de combate e bens protegidos. Proteção do meio ambiente em tempos de conflitos armados. Conflitos armados internacionais. Condução das hostilidades: princípio da limitação, da distinção fundamental entre civis e combatentes e da proporcionalidade. Objetivos militares. Ataques proibidos. A participação direta nas hostilidades. Métodos de combate proibidos. Uso de armas: princípio da proibição de causar males supérfluos ou desnecessários. Análise de novas armas. Novas tecnologias e o DIH. Armas de uso restrito ou proibido. Medidas de precaução. Feridos, doentes e náufragos. Pessoal sanitário e religioso. Unidades, instalações e meios de transportes sanitários. Emblemas distintivos. Pessoas desaparecidas e mortas. Combatentes e prisioneiros de guerra: Estatuto do Combatente e do Prisioneiro de Guerra. Pessoas que tomam parte nas hostilidades. Espiões. Mercenários. Início do cativeiro. Fim do cativeiro. Internamento dos prisioneiros de guerra. Sanções penais e disciplinares. Proteção de civis: definição de civil e população civil. Proteção da população civil. Territórios ocupados. Legislação penal. Processo penal. Tratamento dos detidos. Internamento e residência fixa. Tratamento dos internados. Proteção de civis: Bens protegidos: proteção geral e proteção especial. Bens culturais e religiosos. Bens indispensáveis à sobrevivência da população civil. Proteção de instalações contendo forças perigosas. Refugiados e pessoas deslocadas. Apátridas. Mulheres. Crianças. Jornalistas. Garantias fundamentais. Assistência humanitária. Conflito Armado Não Internacional: tipos de conflitos armados não internacionais e suas bases normativas. Intensidade das hostilidades e grau de organização dos agentes não estatais. Tratamento humano. Condutas proibidas. Feridos, doentes e náufragos. População civil. A implementação do DIH: a obrigação de respeitar e fazer respeitar. Difusão do DIH. Potências protetoras. Comissão Internacional para a apuração dos fatos. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Repressão das violações do DIH. Infrações graves. Omissões. Deveres dos Comandantes. Responsabilidade do Estado. Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU): conceito e natureza das operações de paz da ONU. Princípios fundamentais e evolução das operações de manutenção da paz da ONU. O Direito Internacional Humanitário e as operações de manutenção da paz. A responsabilidade penal do integrante de operações de manutenção da paz. A investigação de crimes em operações de paz. Participação brasileira em operações de manutenção da paz da ONU.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Militar é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito Militar é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Militar é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

